

rebrrip **Boletim!**

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS

1

O BOLETIM REBRIP está de volta!

Temos boas e más notícias. As boas: a REBRIP volta a editar o seu Boletim. A má: a REBRIP volta a editar o seu Boletim. Como assim?

O Boletim REBRIP circulou entre 2005 e 2010. O objetivo era circular informações sobre os processos de negociação comercial em curso, monitorando e colocando luz sobre os principais momentos, assim como fazendo análises e circulando posicionamentos, da REBRIP ou de outras redes e analistas, sobre comércio e integração regional. Era uma fonte de informações e avaliações sobre o que estava em curso. Parou de ser editado pouco após a crise mundial aguda de 2008/2009, quando os processos de negociação em curso pouco a pouco foram estancando, em um quadro de avaliação generalizada dos efeitos da crise.

Assim, se o Boletim está voltando agora, isso tem um significado claro: as ameaças representadas pelos tratados/acordos de livre comércio estão de volta. Essa é a má notícia, que não pode deixar de ser apontada.

Os motivos para essa retomada dos processos de negociação podem ser encontrados no plano externo e no plano interno. No plano externo, depois de um momento inicial de estancamento dos processos, e de críticas fundas ao próprio processo de liberalização, e salvos pelos aportes de recursos públicos empresas e instituições financeiras abalroadas por suas próprias aventu-

ras no cassino financeiro, os formuladores liberais voltam à carga com força total, reforçando a agenda que já vinham defendendo desde o último quarto do século passado, da desregulamentação e da liberalização comercial e financeira – o mesmo programa político e econômico que levou à grande crise de 2008! No plano interno, a ruptura institucional no Brasil, com o afastamento da Presidente Dilma, leva à adoção pelo governo interino e seu ministro interino de Relações Exteriores da agenda derrotada eleitoralmente, que previa o afastamento definitivo de uma política externa “ativa e altiva” e a adoção da subordinação aos interesses do grande capital transnacional, desarticulando perspectivas soberanas de inserção externa e integração, e reforçando as negociações de novos e velhos tratados comerciais e de investimentos que vão saindo dos escaninhos onde se encontravam.

Mais grave, porque nesse momento se discutem fundamentalmente outra geração de acordos, cujos pilares estão em temas como investimentos, compras de governo, propriedade intelectual e serviços, que são muito menos acordos propriamente de comércio, e muito mais regulações supranacionais que limitam e engessam a

possibilidade de fazer políticas públicas no nível nacional, mas também nos níveis subnacionais, de estados e municípios. Assim, estamos diante de um enorme desafio, e para tal precisamos recompor nossa capacidade de informação e análise para resistir a essa nova situação.

E aqui vem a boa notícia: o Boletim REBRIP se propõe a ser um importante instrumento exatamente para isso, proporcionando análises e informações para esse processo de resistência. Um elemento fundamental de dinamização da Rede em sua capacidade de aglutinação, informação, formação e ação, mas também para além da própria REBRIP. Um instrumento fundamental para a confrontação com esse novo momento da conjuntura, com o processo geral de resistência à retomada neoliberal no mundo e, particularmente, em nosso país e em nossa região, que desejamos integrada.

Essa é a nossa avaliação do momento, e essa é a proposta que queremos levar adiante para ajudar na mudança dessa situação. E que queremos implementar, como diz o sambista e poeta Paulinho da Viola, “sem preconceito, sem mania de passado, e sem querer ficar do lado de quem não quer navegar...”.

A POLÍTICA EXTERNA DE SERRA: DO ALTIVISMO AO SERVILISMO

Com pouco mais de 100 dias de gestão, o hoje ministro José Serra já mostrou a que veio. A “nova” política externa brasileira (PEB) – como gos-

ta de chamar e que de nova não tem nada – traz de volta à baila não somente uma agenda neoliberal como também promove o desmonte do legado petista, considerada como demasiado ideológico. Saímos então de uma política externa “ativa e altiva” e entramos em uma era pautada em objetivos estritamente econômicos e comerciais.

Se durante os governos de Lula e Dilma, a PEB privilegiou as relações Sul-Sul e seu aprofundamento, pautado sempre no diálogo, Serra propõe a retomada do eixo Norte-Sul como o prin-

cipal. Pelas declarações do ministro, já podemos perceber que não se trata necessariamente do abandono de um eixo pelo outro e sim de uma reformulação mais seletiva sobre qual Sul o Brasil faz parte, de com qual Sul o Brasil dialoga e de como o Brasil irá se relacionar a partir de agora com o Norte. E esta reformulação “com cartas marcadas” já coloca em risco boa parte do que foi conquistado nos últimos 15 anos.

Ainda como ministro interino, uma das primeiras medidas de José Serra foi a de responder duramente às críticas ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma feita pelos governos de Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua¹. Serra também já demonstrou intenção em fechar embaixadas abertas na África durante o Governo Lula, em mais uma mostra de sua disposição em rever as relações do País com algumas partes do Sul. Ao mesmo tempo, Serra já manteve visitas com o recém governo eleito e de direita de Macri na Argentina, por exemplo. Ou seja, se for do Sul e se alinhar com a “nova” PEB é bem-vindo ao clube. Se for de um Sul progressista ou em busca de alguma alternativa contra-hegemônica, não interessa.

E não pára por aí. Em pouco mais de três meses, Serra não somente prometeu rever a as relações de diálogo e amizade com os países já citados acima, como também já deu mostras de seu empenho em realinhar o Brasil com os interesses dos Estados Unidos e do livre-comércio. Além disso, o novo ministro deu declarações polêmicas sobre a posição do Brasil em relação à Causa Palestina e ao pedido de assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança. Em relação à Palestina, Serra prometeu rever o voto do Brasil dado na 199a sessão do Conselho Executivo da UNESCO, rompendo com uma tradição histórica do País sobre esta questão, Em relação

ao Conselho de Segurança, em clara demonstração de desconhecimento e despreparo em relação a tema absolutamente estratégico, tratado como prioridade inclusive pelos últimos governos do seu partido, o PSDB, entre 1995 e 2002, Serra declarou em um programa de televisão que não está muito a par da questão, mas que o assunto se tratava de uma “briga de cachorro grande”.

A integração regional e o multilateralismo também estão ameaçados, o que tende a privilegiar o bilateralismo e a proliferação de acordos como TPP e o TISA, por exemplo. Também resta saber qual será a posição do Governo Temer em relação aos BRICS e outros espaços de concertação em que o Brasil esteve ativo nos últimos anos (como o IBAS, o G77 e o BASIC, por exemplo).

Não se pode negar que a política externa promovida nos últimos anos deixou não somente um legado político para o Brasil como também promoveu uma imagem na maioria das vezes positiva do País no exterior. O reconhecimento internacional de políticas como o Fome Zero, a defesa do multilateralismo e da reforma da governança global que espelhasse a atual realidade multipolar são apenas alguns dos exemplos que podemos citar e que falseiam as alegações do governo resultante da ruptura institucional, de que houve muito mais erros do que acertos nos últimos anos em termos de política externa.

Não é somente a imagem do Brasil que está em jogo, mas também a continuidade das conquistas feitas. Infelizmente, José Serra prefere ignorar o balanço positivo do governo antecessor em prol da volta de um passado de subordinação às grandes potências, seguindo a risca uma cartilha neoliberal, em detrimento da população, em especial de sua parcela mais vulnerável.

O quão devastadoras serão as mudanças? Outros tempos, outras realidades. Talvez os próximos 100 dias nos dirão.

1 Além, da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e da presidência da Unasul.

MERCOSUL: NÃO DESTRUAM O QUE FOI DURAMENTE CONSTRUÍDO!

O Mercosul encontra-se em um momento crucial. A passagem da Presidência Pró-Tempore (PPT) uruguaia, no último dia 29 de julho, último dia útil do mês de julho, para a Venezuela, cumprindo a formalidade da rotação da Presidência Pró-Tempore do Conselho do Mercado Comum prevista no Protocolo de Ouro Preto (Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, que institucionaliza a união dos países) em seu Artigo 5º. (“A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses”), mecanismo absolutamente automático e rito já efetivado em julho de 2013, quando o Uruguai também havia passado a PPT à Venezuela, foi questionado por outros países membros da união (Argentina, Brasil e Paraguai), com distintos argumentos. Dessa forma, o Mercosul ficou momentaneamente acéfalo, e explicita sua crise política.

Essa acefalia se dá em um momento sensível da conjuntura mundial e regional. As políticas de salvamento dos setores do grande capital, em particular o financeiro, levadas adiante após a crise que teve seu momento mais agudo entre 2007 e 2009, e que se mantém em uma situação crônica desde então, erodiram em um primeiro momento a base fiscal dos Estados nacionais, através do sobre endividamento e, na sequência, das políticas de ajuste fiscal e cortes orçamentá-

rios que afetaram definitivamente a capacidade de retomada econômica dos países, evoluiu nos últimos anos para uma estagnação econômica, crise social, aumento do desemprego, queda no preço das commodities (importantes produtos de exportação dos países latino-americanos) e queda geral da renda, produção e investimentos nos países. Na América Latina, e em particular na América do Sul, o agravamento da crise repercutiu no enfraquecimento da capacidade dos governos da região que buscavam a construção de estratégias alternativas. Nesse momento em que, mais do que nunca, precisávamos enquanto país e enquanto região, de uma válvula de escape para a crise internacional, que poderia ser o aprofundamento da integração regional, vemos essa possibilidade afetada pelo processo político levado adiante pelos setores mais liberais no interior do Mercosul, que acabam inviabilizando essa possibilidade. Além disso, esse desmonte desconsidera os avanços regionais feitos em prol dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas, no combate a violência contra as mulheres, nas áreas da saúde pública, agricultura familiar, migração, dentre outras, e, especialmente, da participação da sociedade civil.

No caso do Brasil, essa ação expõe claramente a forma de agir do governo interino e seu Chanceler que, desconhecendo neste momento sua própria interinidade, assumem posições que podem comprometer o futuro do bloco. Mais do que isso, expõe a pouca importância que dão à construção de uma alternativa soberana, e reforçam seus princípios políticos de que a integração do país ao cenário internacional deve se dar de forma subordinada aos interesses das potências do centro capitalista e aos interesses das gran-

des corporações transnacionais, aprofundando a dependência econômica do país e a sua dependência de uma produção cada vez mais centrada em produtos primários. Além disso, desconsidera os avanços regionais feitos em prol dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas, no combate a violência contra as mulheres, nas áreas da saúde pública, agricultura familiar, migração, dentre outras, e especialmente da participação da sociedade civil que estão ameaçadas com esse desmonte do Mercosul na sua essência integradora.

Esse caminho, adotado pelos governos liberais que avançam na nossa região, vai reforçar a estratégia anunciada por vários porta-vozes do governo estadunidense após o fracasso das negociações da então chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que completou uma década no ano passado. Essa estratégia era, no central, avançar com tratados bilaterais ou regionais de livre comércio com os países e áreas que topassem esses acordos, como América Central, Caribe, países que compõem a Aliança do Pacífico (Chile, Peru e Colômbia na América do Sul), e tentar isolar, enfraquecer, e se possível, esfacelar o Mercosul. Assim, o desmonte do Mercosul, ou a sua transmutação

de um projeto de integração a mais uma simples área de livre comércio regional, voltando a se mover na órbita dos EUA, seria o coroamento dessa estratégia, contando agora com o apoio luxuoso a essa movimentação por parte do governo golpista brasileiro e seu Chanceler interino.

Neste momento em que o centro das negociações comerciais no cenário internacional se dá cada vez mais em setores que, longe de representar propriamente comércio, representam um enquadramento das regulamentações nacionais e do espaço político para estratégias de desenvolvimento alternativo – como serviços, investimentos, compras de governo e propriedade intelectual – e a redução de direitos, muitos deles conquistados ao longo da luta contra as ditaduras que foram implantadas na região anteriormente para levar adiante as políticas liberais naquele momento, é fundamental que as organizações sociais e setores políticos que buscam defender os avanços democráticos e sociais que manifestem no sentido da defesa do processo de integração regional que representa e, mais do que isso, pode representar o Mercosul, como possibilidade concreta de construção de uma alternativa que possibilite combater a crise instalada na região.

MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA: UMA REAPROXIMAÇÃO PERIGOSA

Desde quando a proposta foi lançada, em 1995, as negociações para um tratado de cooperação e livre comércio entre União Europeia

(UE) e Mercosul tem oscilado ora em momentos de euforia ora em momentos de hesitação.

Fato é que as últimas rodadas de negociações não tiveram o êxito esperado e pouco foi avançado. As negociações, que começaram em 1995, ficaram paradas entre 2004 e 2010. Foram relançadas formalmente em maio de 2010, quando a Argentina assumiu a presidência pró-Tempo-re do Mercosul e a Espanha a da UE.

Em junho de 2015, durante a Cúpula entre a União Europeia e a Comunidade dos Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), realizada na

cidade de Bruxelas, e para a surpresa de muitos, o Brasil, que havia assumido a presidência do Mercosul, passou a defender que era chegada a hora de se avançar nas negociações, colocando pressão para que se definisse uma data para a troca de ofertas entre os blocos.

Em maio de 2016, com Dilma já afastada da presidência pelo Senado e sob o impulso dado pela eleição de Mauricio Macri na Argentina, começaram as trocas de ofertas entre os dois blocos. A proposta do Brasil, levada pelo então ministro interino José Serra, era de ampliar as exportações à União Europeia, já que os europeus seguem sendo um dos principais destinos das exportações brasileiras. Mas o acordo ainda esbarra na falta de consenso sobre a liberalização de produtos de exportação do Mercosul como em especial carne, além de soja, açúcar e café, que encontra forte resistência do lado europeu². O Brexit, processo que definiu a saída do Reino Unido da União Europeia, ocorrido em junho deste ano, tende a conferir ainda mais morosidade ao processo.

Apesar de retomada as conversas, além dos impasses entre ambos os lados, outra coisa permanece igual: a falta de transparência na ne-

gociação do acordo, buscando favorecer, sobretudo, o poderoso agronegócio. Apesar de os termos do acordo ainda não serem públicos, segundo algumas informações que vem sendo divulgadas desde 2013, já se pode prever os danos que uma área de livre-comércio entre os dois blocos poderia causar na agricultura, em especial pequenos produtores, e na indústria dos países do Mercosul. O Mercosul propõe a liberalização de produtos agrícolas processados, bens industrializados e nos setores de serviços e compras governamentais, acarretando em perdas para a agricultura familiar no bloco, alguns setores industriais e provável diminuição de empregos com concessões nas compras governamentais. Outros pontos preocupantes são a questão da propriedade intelectual (o Brasil até então vem tendo postura contrária à sua flexibilização) e a imposição das chamadas *regras de origem* por parte da Europa.

É difícil imaginar que um acordo tão abrangente como esse, entre dois blocos com pesos político e econômico tão distintos, possa ter ganhado iguais para ambos os lados. A falta de informações sobre as cláusulas do acordo e o peso do agronegócio exportador a favor das negociações no caso do Mercosul apenas aumenta a suspeita sobre quem de fato ganhará com o acordo. Ganham os ricos e poderosos. Perdem os pobres e mais vulneráveis.

2 Ver: <http://www.mundorama.net/2016/07/31/negociacoes-comerciais-do-brasil-com-a-uniao-europeia-uma-opcao-bilateral-por-patricia-nasser-de-carvalho-fernanda-goncalves-e-caique-gomes/>

BRICS: QUAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

Em outubro deste ano ocorrerá a oitava reunião de cúpula dos BRICS, a ser realizada dias 15

e 16 em Goa, na Índia. Esta Cúpula, a primeira a acontecer após a queda de Dilma Rousseff no Brasil, terá como um de seus principais objetivos, como era de se esperar, o Novo Banco de Desenvolvimento, discussão essa que envolve a própria consolidação do grupo, especialmente após o anúncio de seus primeiros empréstimos a partir de abril deste ano.

Assim como aconteceu em anos anteriores, alguns espaços para além das reuniões entre chefes de Estado continuarão a ser promovidos em Goa, como o BRICS Juventude (Youth BRICS), o BRICS Sindical (BRICS Trade Unions Forum) e o Fórum de Negócios (Business Forum). Repetindo o ocorrido em 2015, em Ufa na Rússia, na Cúpula da Índia também se repetirá o chamado Civil BRICS, que é o espaço oficial de participação concedido à sociedade civil dos países BRICS. A exemplo do que aconteceu na Cúpula da Rússia, o Civil BRICS permanece nebuloso quanto aos critérios de participação e autonomia de atuação da sociedade civil dos países BRICS, com forte influência do país-sede na escolha das organizações a serem convidadas.

A questão da participação civil, principalmente do tipo de participação que vem sendo construído desde a Rússia, tem se revelado um ponto crucial. Um espaço de participação construído de cima para baixo apenas revela o quanto os Estados-membros dos BRICS têm se mostrado surdos às demandas de suas sociedades. Uma das justificativas dadas é que tanto os governos quanto as sociedades divergem sobre o próprio conceito de participação social. Do ponto de vista das sociedades civis organizadas, por exemplo, o Brasil reivindicava, ao menos durante o Gov. Dilma, um conceito de participação popular que inexistia na Índia, China e Rússia. O próprio acesso dessas sociedades aos seus negociadores oficiais nos BRICS é muito restrito, realidade muito distinta da que se tinha no Brasil e África do Sul.

A criação de mecanismos de participação adequados também implica na necessidade de se compreender e conhecer a sociedade civil organizada dos demais países BRICS, articulando e engajando formas de atuação a cada contexto sociopolítico. Somado às barreiras políticas, culturais, linguísticas e de visões de mundo, as sociedades

civis destes cinco países até o momento não demonstraram suficiente habilidade em aproximarem-se umas das outras. Nossa união geraria poder de disputar a agenda política dos BRICS com os governos. Disputa inclusive sobre o ponto mais importante construído pelo Bloco até o momento: o NDB.

Desde o anúncio de sua criação em 2014, o NDB tem falhado em publicizar propostas claras acerca do modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo banco, bem como sobre suas políticas socioambientais e de direitos humanos. Pouco se sabe ainda sobre quais serão os mecanismos de transparência do Bloco, muito menos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável que será adotado.

No entanto, várias organizações e movimentos sociais dos países BRICS já tem se mobilizado ao redor do NDB, defendendo uma instituição que realmente esteja centrada na necessidade de seus cidadãos e que promova um desenvolvimento mais justo e sustentável e que não seja mais uma instituição violadora de direitos e do meio ambiente.

A mobilização ao redor do NDB é prova de que, a despeito de nossas diferenças, são nos vários problemas que compartilhamos que podemos encontrar o nosso ponto de encontro. Nesse sentido, cabe discutir que tipo de participação social almejamos para os BRICS. Queremos fóruns nacionais além do Fórum Social dos BRICS? Quais seriam os critérios de participação? Incluiríamos representantes de organizações e movimentos de países afetados pela atuação dos BRICS? Institucionalizar propostas como o Civil BRICS da maneira em que está não é a solução.

É por isso que a organização de uma Cúpula dos Povos na Índia, encabeçada pela sociedade civil indiana, se mostra mais do que necessária. Diferentemente do que aconteceu na Rússia, agora temos novamente a oportunidade de disputar o

significado do que é participação popular, construída de baixo para cima, assim como aconteceu em Durban (BRICS From Bellow) e em Fortaleza.

A questão não é o Civil BRICS em si, mas a forma em como se estrutura. Não se trata de uma

rivalidade de espaços (Civil BRICS versus Cúpula dos Povos). O que se pretende rivalizar aqui é o sentido de participação que queremos. Uma Cúpula dos Povos na Índia é mais uma oportunidade de se democratizar o debate.

FIQUE POR DENTRO DA REBRIP!

Nesta seção você encontra mais informações sobre os Grupos de Trabalho (GT's) da REBRIP, agenda e informes em geral.

GT de Justiça Fiscal

Os últimos meses da articulação do GT de Justiça Fiscal foram marcados pela participação em diversos eventos, em articulação com as entidades participantes, espalhados pelo Brasil e América Latina. O principal intuito dessas atividades foi colocar na agenda das organizações sindicais e progressistas o debate sobre justiça fiscal a nível internacional, com ênfase na campanha "Que as transnacionais paguem o justo". Dessa forma, membros do GT palestraram em eventos que ocorreram em Buenos Aires, São Paulo, Lima e outras cidades latino-americanas, com o propósito de alavancar o debate sobre o tema, que até 2015 ainda era muito pouco conhecido.

Para além dos eventos articulados em conjunto com as entidades parceiras, o GT organizou quatro mesas sobre Justiça Fiscal durante o Fórum Social Mundial Temático (FSMT) de Porto Alegre, jan/2016. Essas palestras contaram com

– além de membros do GT – nomes importantes das ciências sociais e estudos econômicos brasileiros, como Samuel Pinheiro Guimarães e Marcio Pochmann. Além de darem subsídios cruciais na área tributária, foram centrais para divulgar a campanha "Que as transnacionais paguem o justo" entre as outras organizações participantes do Fórum. Da mesma forma, a experiência do FSMT foi fundamental para estreitar os laços dentro do GT e serviu como um modelo bem-sucedido para próximas ocasiões. E da mesma forma, foi importante para aproximar o GT de outras organizações sindicais da área fiscal – ANFIP, SINDIFISCO etc. - e de entidades latinas que trabalham com o tema, como a Latindadd.

Outra maneira de incidência política do GT se deu na elaboração de artigos, documentos de opinião, estudos elaborados pelos membros do GT – por meio de suas entidades, em conjunto ou individualmente – que foram publicados em diversas mídias. Dessa forma, a luta foi disseminada por meio de redes sociais, portais de notícia online, revistas e periódicos acadêmicos.

**FIQUE POR
DENTRO DA
REBRIP!**

GT Corporações

As organizações com interesse nesse eixo temático conseguiram articular várias ações nesses últimos dois anos, feitas no contexto do GT-Corporações, uma articulação mais ampla que a REBRIP, mas com presença importante das organizações da Rede. O eixo central do trabalho tem sido a negociação de um tratado em matéria de direitos humanos e empresas no contexto da ONU. Em 2014, junto com a Campanha para Desmantelar o Poder das Corporações e Por fim a Impunidade”, da qual somos membros, fomos parte ativa do processo de mobilização para a aprovação da resolução que abriu a negociação das bases para o Tratado. Foi importante a tarefa de incidência realizada perante o Itamaraty e a Secretaria de Direitos Humanos, que começaram a tomar ciência do tema. Em 2014 o Brasil se absteve na votação, mas em 2015, em grande parte devido ao nosso trabalho, conseguimos que o país participasse da 1ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho para o Tratado. Estamos nos preparando para participar da 2ª sessão, que acontecerá no próximo outubro em Genebra.

O debate sobre os chamados Planos Nacionais de Ação em Direitos Humanos e Empresas

contam com o apoio de grande parte dos países de origem no Norte global e de suas agências de cooperação que têm direcionado grande quantidade de fundos para proporcioná-los junto a governos, organismos internacionais e entidades da sociedade civil. A REBRIP e muitas das organizações que fazem parte do GT-Corporações tem sido críticas dessa abordagem e acordado respeitar o decidido pelo Plano Nacional de Direitos Humanos 3, que abre um espaço para o desenvolvimento de uma política em matéria de direitos humanos e empresas. Para tanto, o GT construiu um diagnóstico sobre a situação no direito brasileiro sobre o tema, identificando as lacunas, distorções e aspectos positivos para tratar do problema. Com base nesse diagnóstico, está sendo elaborada uma política de incidência para que, ao mesmo tempo em que critica os planos nacionais de ação pela sua inocuidade, caminhar para a elaboração de uma política ampla para enfrentar este desafio. No contexto do golpe institucional, ainda é elaborada um novo posicionamento estratégico, mas as expectativas são muito baixas no que tange à negociação de um tratado e mais ainda em relação à um tratamento que não seja o dos Princípios Reitores, que guiam os planos nacionais.



Rua Caetano Pinto, 575
CEP 03041-000 Brás
São Paulo SP
sec@rebrip.org.br

APOIO**HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL**